

Reforma universitária e FUNDEP são pautas do período

16/02/2006

UNE e UBES vão às ruas em março.

Este primeiro semestre de 2006 deve ser intenso de mobilizações para o movimento estudantil.

A UNE, depois de mais de sete anos, convocou seu Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb), reivindicação histórica da oposição. O Coneb é o segundo maior fórum da entidade, e reúne centros e diretórios acadêmicos de todo o país, com direito a voz e voto.



A importância de um fórum como esse no atual momento é reafirmar a UNE diante de ameaças de divisionismo mal-sucedidas. Além disso, o espaço será privilegiado para se repensar a estrutura do movimento estudantil universitário, inclusive seu próprio fórum máximo, o congresso.

Outro debate que deve pautar o Coneb e todo o movimento estudantil neste período é a reforma universitária, assunto que vem ocupando a agenda dos estudantes há algum tempo. Com o projeto concluído, a luta da UNE, neste momento, é para que ele seja enviado ao Congresso Nacional, onde a entidade, ao lado de outras do movimento de educação, defenderá sua aprovação. O projeto está engavetado na Casa Civil desde julho último, e encontra restrições nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

UBES

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas realizou seu congresso em dezembro último, onde elegeu sua nova diretoria. A chapa vitoriosa era uma composição PCdoB, PT e MR-8.

O congresso também tirou as principais bandeiras de luta do período e esboçou um calendário de mobilizações. A entidade deve priorizar a luta pela aprovação das reservas de vagas para estudantes oriundos das escolas públicas nas universidades públicas e pelo passe livre (isenção de passagem para estudantes), bandeira que levará UNE e UBES às ruas no próximo dia 22 de março, em diversas capitais.

Outra pauta importante para a UBES, e que já vem sendo encaminhada no Congresso Nacional, é o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação), que amplia os recursos investidos pela União, estados e municípios em educação básica pública, além de melhorar a formação e o salário dos profissionais da educação. Com sua implementação, o ensino fundamental passaria de 8 para 9 anos. Já aprovado na Câmara dos Deputados, o Fundeb precisa passar pelo Senado para ser implementado. A luta dos movimentos é para que isso aconteça ainda nesta legislatura, para que entre em vigor o quanto antes.